

*Intervenção do Presidente do Grupo  
Parlamentar do PSD no  
encerramento do debate sobre o  
Plano e Orçamento 2012*

Senhor Presidente  
Srs. Deputados  
Sr. Presidente e Membros do Governo

Quero, em primeiro lugar, dirigir algumas palavras a Vossa Excelência, Sr. Presidente do Governo Regional.

Tivemos divergências, temos divergências e, provavelmente, continuaremos a tê-las.

Porém, Sr. Presidente, no dia em que fará a sua última intervenção no âmbito do Plano e Orçamento como Presidente do Governo, independentemente do que venha a proferir daqui a pouco, quero desejar-lhe as melhores felicidades futuras para a sua vida pessoal.

Reconhecendo-lhe uma grande capacidade política, estou certo que terá um lugar na história da nossa autonomia pelo percurso governativo que terminará em breve.

Senhor Presidente  
Srs. Deputados  
Sr. Presidente e Membros do Governo

É normal, em todo o mundo democrático, que os governantes se sujeitem a algumas críticas dos outros agentes políticos e das forças sociais e económicas.

Uma das singularidades da vida pública açoriana, tem a ver com este fenómeno que caracteriza a nossa dialética política no qual o principal alvo das críticas não é, frequentemente, o Governo, mas o principal partido da oposição.

Não deixa também de ser estranho que, ao longo deste debate, o PSD tenha sido o partido mais citado e que o PS tenha sentido a necessidade de falar da líder do PSD dezenas de vezes.

Acho que não é normal nem adequado e espero, sinceramente, que um dia que o PSD seja Governo consiga governar para os Açorianos mais do que governar contra as oposições.

É importante também que os açorianos saibam que das 114 iniciativas legislativas que o PS e o Governo apresentaram nesta legislatura, o PSD viabilizou 84.

E das 54 propostas que o PSD apresentou, o PS só viabilizou 12.

Por aqui se confirma quem é quem no bota-abixo.

E, ao contrário do que se às vezes se diz, desde 2008, todos os anos, na discussão do Plano e Orçamento, apresentámos propostas para o fomento do emprego. Sempre chumbadas.

Vamos ver o que faz a maioria às propostas deste ano.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Tivemos oportunidade, nas últimas semanas, de promover um debate público sobre os documentos orçamentais que aqui apreciamos em Plenário.

Em vez de responder aos recorrentes e inevitáveis ataques de que é alvo, ao PSD interessa falar dos Açorianos e do seu futuro.

Quando se aproxima o derradeiro ano deste ciclo político, deve anotar-se que muito foi feito. Com 25 mil milhões de euros gastos, nunca poderia ser de outra forma.

Pensamos, no entanto, que outras poderiam ser as opções.

Porém, independentemente, da subjetividade das escolhas, são os resultados que deixarão a marca final desta governação.

Quinze anos e vinte e cinco mil milhões de euros depois, temos mais de catorze mil desempregados, dezoito mil rendimentos sociais de inserção, trinta e uma mil famílias a viver com menos de quinhentos e quarenta euros por mês. Temos um terço dos açorianos abaixo do limiar da pobreza.

Para o último ano desta legislatura e depois de quinze anos de governação não se podem esperar mudanças de rumo ou de estratégia.

Por isso, compreendemos que quem nos trouxe até aqui não consiga agora negar o seu próprio caminho.

Este Plano e Orçamento são coerentes com o passado deste governo e por isso não podem ser o remédio para o mal que está feito.

Senhor Presidente  
Srs. Deputados  
Sr. Presidente e Membros do Governo

Interessará pois falar do futuro que deve ser diferente e explicar como e onde se pode fazer esta diferença.

E é disto que aqui e agora queremos falar aos açorianos.

O **emprego** deve ser o objetivo central do novo modelo de desenvolvimento que necessitamos.

É às empresas e às associações que atribuímos o papel principal no desenvolvimento económico e social. O estímulo às empresas privadas e aos agentes da economia social é o meio privilegiado para a criação de emprego sustentável.

Não há uma receita para acabar com o desemprego, mas há medidas concretas e corajosas que podem e devem criar novas oportunidades de emprego.

Temos de estimular as micro, pequenas e médias empresas na criação de novos empregos, promover o autoemprego como método inovador, incentivar a entrada de mulheres no mercado de trabalho e nele reforçar a integração da juventude, nomeadamente dos jovens licenciados.

As nossas grandes linhas de orientação estratégica visam proteger as empresas regionais e apoiar as exportações, desenvolver o turismo de forma consistente, incrementar a agricultura de modo sustentável e promover a mobilidade competitiva dentro e fora da Região.

Temos que criar um verdadeiro mercado interno na Região.

Os Açores têm de passar por um novo ciclo em que se crie uma efetiva região económica.

Só com a criação de um verdadeiro mercado interno se consegue mostrar a qualidade dos nossos produtos, dos nossos empresários e, paralelamente, criar postos de trabalho e aumentar as exportações.

Queremos valorizar a marca “Açores”, a qual será crucial para o desenvolvimento do mercado interno e um forte potenciador da exportação dos produtos açorianos e da nossa atração turística.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

No momento em que se impõe desbravar caminhos que possam criar riqueza, empregos e ajudar as empresas e, portanto, afirmar uma rota de sustentabilidade, devemos lançar um novo olhar para o nosso sector primário.

Na **agricultura** e nas pescas teremos de buscar novas oportunidades.

Existe uma nova urgência mundial que se prende com as futuras disponibilidades alimentares.

Com efeito, a riqueza de um País ou Região também se mede pela sua capacidade de produzir bens alimentares.

O aumento da produção regional de alimentos de forma sustentada, incentivando as produções agrícolas de proximidade, é um fator de competitividade, com benefícios económicos, sociais e ambientais. Em especial, na criação de emprego, fixação de pessoas e na substituição de importações.

Urge, deste modo, atribuir à agricultura na Região uma função humanizante, porque as produções agrícolas de proximidade podem efetivamente contribuir para termos mais postos de trabalho e mais jovens nas ilhas.

Temos de valorizar e incentivar as parcerias entre produtores e consumidores e esta é, para os alimentos de proximidade, a melhor solução comercial. Uma cadeia curta de confiança.

Esta matriz de atuação potenciará também a construção de um mercado interno.

Será uma viragem na agricultura dos Açores. Queremos fortalecer a pecuária, mas queremos ir mais além, aproveitando potencialidades evidentes e necessidades emergentes.

Nas fileiras do leite e da carne teremos de melhorar a incorporação de valor, criando mais-valias que possam significar a angariação de mais riqueza para a Região.

A aproximação entre a Universidade dos Açores e os agentes do sector agrícola deverá transformar a boa investigação científica que se faz nesta instituição numa investigação aplicada.

E temos de fazer da indústria e da comercialização um auxílio e não um bloqueio para os agricultores. Para isso temos de melhorar a monitorização dos mercados agrícolas.

Senhor Presidente  
Srs. Deputados  
Sr. Presidente e Membros do Governo

Nas **pescas** temos, em primeiro lugar, de dignificar os pescadores.

Para tal, a formação é fundamental, mas decisivo serão as políticas que garantam o rendimento e a sustentabilidade.

Temos de investir fortemente em investigação e parcerias que possam replicar, nas nossas águas, experiências de aquicultura *offshore* que possuem evidentes mais-valias ambientais, de preços dos produtos e asseguram a requalificação dos pescadores.

A aquicultura offshore e o pesca-turismo abrem novas fontes sustentáveis de rendimento e a promoção dos nossos produtos e melhoria dos circuitos comerciais, asseguram mais riqueza nos bolsos dos pescadores e, portanto, dos açorianos.

Nas pescas e no Mar estarão novas oportunidades para a economia dos Açores, sempre contando com o saber internacionalmente reconhecido ao Departamento de Oceanografia e Pescas e à Universidade dos Açores.

Senhor Presidente  
Srs. Deputados  
Sr. Presidente e Membros do Governo

Os Açores são, por natureza, uma região de vocação turística e por isso encaramos o **Turismo**, estrategicamente, como uma das oportunidades mais promissoras para o nosso tão necessário crescimento económico sustentável.

O principal bloqueio do turismo nos Açores prende-se com o custo das passagens e terá de ser esta a principal meta de um futuro governo: garantir tarifas mais baratas para quem nos visita e para os açorianos.

Uma política comercial mais coerente com os verdadeiros interesses dos Açores, uma melhor eficiência de gestão e de meios e um

reposicionamento das verbas disponíveis terão de proporcionar à SATA as condições para, dentro e fora de Região, praticar muito melhores preços.

Propomos ainda criar e valorizar um Conselho Consultivo de Turismo, maioritariamente constituído pelos protagonistas privados do sector turístico dos Açores.

Um órgão que emane do próprio sector para influenciar as políticas regionais e não um organismo imposto pelo governo para funcionar em circuito fechado.

Mas temos de reposicionar a agulha estratégica. Nunca poderemos oferecer turismo de sol e praia e dificilmente poderemos contar com o turismo de charters.

O turismo de natureza e de bem-estar, em unidades de hotelaria tradicional e em unidades de turismo no espaço rural, apoiado numa rede de agências e de empresas de animação, deverá constituir a base da nossa oferta, sabendo que as nossas características sugerem capacidades de carga específicas e uma promoção consentânea.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Vitorino Nemésio dizia que nos Açores, a geografia valia quase tanto como a história.

As **novas tecnologias** vieram, em alguns aspetos, rasgar esta conceção.

Com as novas tecnologias, o mar desaparece e esfumam-se as distâncias.

Mas desaparecem também as desculpas e afirmam-se as competências.

Este é um mundo novo que temos de explorar nos Açores, promovendo uma formação de vanguarda aos nossos jovens, promovendo parcerias entre a nossa Universidade e as empresas regionais e, em especial, temos de aproveitar o relacionamento com os açorianos que temos espalhados pelo mundo e que dão cartas neste novo mundo tecnológico.

Neste sector não podemos apontar senão para a excelência, mesmo com investimento público inicial que possa até ser considerado excessivo, porque neste mundo temos tudo para sermos os melhores, mas para tal

necessitamos das melhores políticas públicas e de grandes alavancas financeiras.

Queremos uns Açores onde a investigação, a ciência e o conhecimento estejam a par da governação da Região, no dia-a-dia.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Uma **saúde** de qualidade para todos, impõe a reforma do Serviço Regional de Saúde, assegurando o acesso de todos às prestações de saúde dum modo humanizado.

Para se atingir este objetivo, há três grandes prioridades para o PSD.

A primeira é sanear financeiramente o Serviço Regional de Saúde, dotando-o dos meios financeiros necessários ao seu funcionamento equilibrado, ao mesmo tempo que se impõe uma gestão que racionalize a despesa e combata o desperdício.

A segunda prioridade é aumentar a cobertura dos cuidados primários de saúde, assegurando um médico família para todos, por recurso a novas contratualizações com médicos do sector público que aceitem aumentar as suas listas de utentes ou do sector privado que aceitem utentes do Serviço Regional de Saúde, mediante um preço de consulta convencionado.

A terceira prioridade é informatizar mesmo o Serviço Regional de Saúde, fazendo da informática uma poderosa ferramenta de gestão e um mecanismo facilitador da prestação de cuidados de saúde nas nossas ilhas.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A **Educação** e a formação são os esteios do nosso projeto de desenvolvimento para os Açores.

A política de Educação deve promover a qualidade e o rigor no sucesso educativo. Só assim se estimula uma cultura orientada pelos valores da excelência e do mérito pessoal como contributos para o sucesso coletivo.



As medidas a assumir na Educação deverão permitir-nos reunir condições para recuperarmos dos atrasos estruturais de que os Açores ainda sofrem.

E para responder a essas dificuldades, impõe-se às políticas educativas capacidade para enfrentar em especial três grandes desafios.

Em primeiro lugar, o desafio do reforço da autonomia das escolas e da sua capacidade de gestão e de liderança – e, em especial, da autoridade dos professores.

Em segundo lugar, o desafio da qualidade das aprendizagens e da excelência do ensino, generalizando-se os mecanismos de acompanhamento dos resultados das escolas, que deverão ser desencadeados em estreita ligação à comunidade educativa e de forma a estimular a reflexão das escolas sobre os seus próprios resultados.

Em terceiro lugar, o desafio da estabilidade do sistema educativo, acabando-se com as experiências permanentes, melhorando-se e estabilizando-se as boas práticas.

Propomo-nos implementar as “Escolas de Proximidade” como princípio de aplicação complementar para os casos em que, devido ao reduzido número de alunos, não é possível manter a escola de freguesia. A “Escola de Proximidade” acolherá os alunos das freguesias mais próximas e evitará a tendência atual de concentrar os alunos das freguesias rurais em escolas dos centros urbanos ou dos seus subúrbios.

Manteremos a periodicidade anual dos concursos interno e externo para docentes.

Reavaliaremos o Programa Oportunidade, quer no que concerne à forma como está a ser implementado na prática, quer quanto ao apuramento dos seus resultados em termos de regresso dos alunos ao currículo regular.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A prática quotidiana da **Solidariedade Social** deverá ser entregue à sociedade civil, nas múltiplas formas que reveste.



Ao Estado caberá tão-somente uma ação de fomento e de apoio financeiro sempre que esta mesma sociedade civil não conseguir dar resposta adequada às exigências que uma sociedade solidária requer.

É por isso que queremos celebrar um Pacto com as Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, no sentido de articular efetivamente os necessários esforços entre os diferentes agentes da Ação Social, sem a imposição de diretrizes governamentais.

Temos ainda de implementar um enquadramento legislativo que oriente, de forma efetiva, clara e transparente, a relação entre a Administração Regional e as IPSS.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A nossa meta, com as políticas reformadoras que propomos, não é outra que não seja a transparência da governação e a partilha da informação essencial. Para que todos desenvolvamos a nossa apreciação crítica sobre as soluções de governação e sobre os resultados alcançados.

Quem tem projeto e confiança no seu saber-fazer só pode sentir-se realizado se for sujeito ao julgamento político, com eleitores bem informados sobre a qualidade da sua governação.

É nosso propósito que a qualidade da democratização crescente que pretendemos implementar na vida política açoriana se expresse ainda, entre outras iniciativas, na criação de um Conselho Económico e Social isento e independente de tutela governativa, presidido por personalidade da dita sociedade civil, eleito no Parlamento por uma maioria qualificada de 2/3, cujas competências incluam a monitorização dos resultados económicos, sociais e financeiros da governação em cada ano económico, bem como o domínio imparcial do Serviço Regional de Estatística.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

Mas, mais do que opções sectoriais diversas, impõe-se verdadeira e inapelavelmente um modelo de governação diferente e uma nova atitude política.

Mais do que condicionar a sociedade civil, temos de estimular os cidadãos.

Os Açores não são do Governo. O Governo é que é dos Açores.

E temos de ter um governo mais pequeno, mais eficiente e mais articulado.

Podemos gastar muito menos recursos financeiros com a máquina governativa sem prejuízo de eficácia. E assim libertamos mais verbas e mais energias para o bem comum.

A reforma do sistema eleitoral e da arquitetura da nossa autonomia obriga a acordos de regime.

Por isso, teremos todos de estar abertos ao diálogo, para se atingir acordos tendentes à diminuição do número de políticos a tempo inteiro, assegurando a proporcionalidade e a representatividade, sem esquecer a realidade ilha; e para que se assegure a reforma dos Conselhos de Ilha, incrementando a sua legitimidade e competências.

Sem dogmas, mas com princípios, estamos disponíveis para pensar a autonomia para os próximos trinta anos que, estamos certos, vai ser diferente dos últimos trinta.

Como se vê e ninguém, de boa-fé, poderá mais negar, nestas, como em muitas outras matérias, temos ideias e propostas. Temos trabalho de casa feito.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Sr. Presidente e Membros do Governo

A finalizar, quero deixar uma nota de esperança.

Queremos dizer sim aos Açores.

Queremos dizer que estamos preparados.

Queremos dizer que, para novos desafios, temos de ter novas políticas.

Novas Políticas, com novos políticos.

Políticos que, especialmente em épocas de crise, não sejam hesitantes ou inseguros.

Políticos que sejam autênticos líderes.

Líderes que ofereçam uma mudança segura.  
Viva o futuro e vivam os Açores.

Disse